



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às 13h30min do dia 30/6/16, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência da vereadora Elaine Matozinhos e com a presença do vereador Elvis Côrtes, deixou de reunir-se, por falta de quórum, a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Registre-se que: 1) estava a reunião marcada para iniciar-se às 13 horas; 2) deixaram de ser apreciados os projetos de lei nºs 97 e 403/13, 1.805/15, 1.869, 1.923 e 1.962/16. Mesmo não havendo quórum, a presidente, em atenção aos presentes, deliberou realizar a audiência pública “com a finalidade de discutir a implantação do Parque do Brejinho, localizado no Bairro São Francisco, e a ameaça de ocupação desta área”. Esta audiência foi solicitada pelo Requerimento de Comissão nº 286/16, de autoria do vereador Leonardo Mattos. A presidente passou ao vereador Leonardo Mattos a condução dos trabalhos e parabenizou-o pela iniciativa desta audiência pública. O vereador Leonardo Mattos agradeceu aos membros da Comissão pela aprovação da realização desta audiência e parabenizou-os pelo trabalho desenvolvido em prol dos munícipes. O vereador Elvis Côrtes parabenizou o vereador Leonardo Mattos pela iniciativa desta audiência e pediu licença aos presentes para ausentar-se em razão de compromisso anteriormente assumido. O vereador Leonardo Mattos convidou a compor a mesa: 1) a representante da Secretaria Regional de Administração Municipal Pampulha - Sarmu Pampulha, Miriam Felix Nogueira; 2) o representante do Projeto Manuelzão, Marcus Vinicius Polignano; 3) a coordenadora da Associação Amigos do Parque Ecológico do Brejinho, Lindaura Rosa dos Santos; 4) o gerente do Departamento de Desapropriação da Superintendência de Desenvolvimento da Capital -



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sudecap, Thiago Penido Martins; 5) o engenheiro do Departamento de Obras de Grande Porte da Sudecap, Marcelo Crisóstomo de Aguiar; 6) a engenheira civil da Sudecap, Elba Karina Naves; 7) a síndica residencial do Sindicato dos Servidores Públicos de Minas Gerais - Serjusmig, Mariana Gonçalves Lacerda; 8) o estagiário do Projeto Manuelzão, Diogo de Carvalho de Oliveira; 9) o representante da Fundação de Parques Municipais - FPM, Hebert Pessoa; 10) o superintendente de Meio Ambiente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa, Nelson Cunha Guimarães; 11) a presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Caiçaras, Nirma Damas; 12) a mobilizadora ambiental do Núcleo Brejinho, Dalva Lara Correa. O vereador Leonardo Mattos disse que esta audiência fora solicitada por representantes do Projeto Manuelzão, visando a que se concretize a promessa de construção do Parque do Brejinho, luta que, conforme observou, a comunidade dessa região empreende há mais de dez anos. Destacou que, por meio do Orçamento Participativo, foram aprovados recursos para a realização da obra do Parque do Brejinho. Destacou a necessidade de reverter o processo de supressão de áreas verdes verificado em Belo Horizonte. Observou que o Município tem apresentado índices de poluição comparáveis às cidades mais poluídas do planeta. Lembrou que áreas como a Mata do Planalto e a mata localizada no Jardim América estão ameaçadas por projetos de construção civil nesses locais. Ponderou que, nas proximidades dessas áreas verdes, há espaços degradados que poderiam ser utilizados para a construção de empreendimentos imobiliários, preservando-se, assim, as poucas áreas verdes do Município. Salientou a necessidade de realizar discussão sobre a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, visando a estimular o desenvolvimento de áreas da cidade que precisam ser revitalizadas. Considerou fundamental, para a consecução desses fins, a participação da sociedade civil junto ao parlamento, para oxigenar o Poder Legislativo com novas teses e propostas. A presidente parabenizou o vereador Leonardo Mattos pela iniciativa



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

desta audiência pública. Congratulou-o por sua atuação parlamentar. Considerou o debate sobre a questão ambiental fundamental para o desenvolvimento sustentável do Município. Comentou que Belo Horizonte tem pequena extensão territorial, o que, conforme observou, dificulta a viabilidade de empreendimentos por falta de espaço para construir. Ponderou que tal fato não pode determinar a supressão das áreas verdes remanescentes no Município. O vereador Leonardo Mattos convidou a compor a mesa o assessor de gabinete da FPM, Luis Otávio Fonseca. O estagiário do Projeto Manuelzão, Diogo de Carvalho de Oliveira, apresentou eslaides sobre a área destinada ao Parque do Brejinho. Destacou que há, nesse local, mas de 20 nascentes identificadas. Mostrou imagens de projetos do Parque do Brejinho. Observou que, por meio do Decreto nº 12.830/07, foi declarada a utilidade pública a área reservada ao parque, para fins de desapropriação. Disse que, desde o princípio da luta da comunidade pela efetivação do Parque do Brejinho, o Projeto Manuelzão promoveu diversos eventos, visando a desenvolver a consciência ambiental dos habitantes da região, bem como o sentimento de pertencimento comunitário. Observou que, em 2011, foi aprovada a realização de obra para construção de Bacia de Detenção, para a qual foram destinados cerca de R\$ 21 milhões, em recursos municipais e federais. Mostrou imagens de locais da área reservada ao Parque do Brejinho que passam por processo de degradação ambiental. Disse que, em reunião como representantes do Ministério Público - MP, realizada em 2015, determinou-se que fossem cercadas nascentes e a obra da Bacia de Detenção; entretanto, segundo afirmou, as nascentes não foram cercadas. Questionou o motivo de essa determinação do MP não ter sido cumprida. Disse que foi sanado problema relativo ao lançamento de efluentes de indústria de tecidos em córrego da área reservada ao Parque do Brejinho. Disse que há lançamento de esgoto doméstico nesse córrego, que, segundo afirmou, está desprovido de mata ciliar. Mostrou imagens de guarita depredada do Parque do Brejinho. Lembrou que, em reunião do



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Conselho Municipal de Meio Ambiente - Comam, realizada em 2012, solicitou-se que medidas compensatórias decorrentes da obra da bacia de retenção fossem direcionadas para o Parque do Brejinho. Indagou se essa solicitação havia sido atendida. Solicitou que a Copasa prestasse informações relativas à implantação de rede coletora de esgoto na região. Cobrou do poder público previsão para entrega do Parque do Brejinho aos munícipes. O vereador Leonardo Mattos convidou a compor a mesa a promotora de justiça de Defesa de Urbanismo e Habitação, Cláudia Ferreira de Souza. A coordenadora da Associação Amigos do Parque Ecológico do Brejinho, Lindaura Rosa dos Santos, agradeceu ao vereador Leonardo Mattos pelo apoio à efetivação do Parque do Brejinho. Solicitou a exibição de vídeos que contêm registros da luta da comunidade pelo Parque do Brejinho. A presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Caiçaras, Nirma Damas, observou que a comunidade da região em que mora luta pela criação do Parque do Brejinho há mais de 15 anos, mas a área destinada ao parque está cada vez mais degradada. Afirmou que foram suprimidas mais de duas mil árvores para a construção da bacia de retenção. Disse que essa bacia de retenção tornou-se depósito de esgoto e que, segundo afirmou, exala odores insuportáveis. Cobrou providências do poder público para sanar esse problema. Relatou tentativas de reocupação de área que passou por processo de desapropriação. Cobrou a realização das obras de construção do Parque do Brejinho. A síndica residencial do Sindicato dos Servidores Públicos de Minas Gerais - Serjusmig, Mariana Gonçalves Lacerda, apresentou reclamação a respeito da supressão repentina de cerca de duas mil árvores que cercavam o condomínio residencial do qual é síndica. Relatou que pessoas que tiveram seus imóveis desapropriados estão reocupando os locais que habitavam. Disse que pessoas estão morando em tubos de concreto abandonados em obra, material que, segundo afirmou, a Sarmu Pampulha comprometeu-se a recolher. Disse que a supressão das referidas árvores ocasionou processo erosivo que tem



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

colocado em risco parte do estacionamento do condomínio. Disse que, em virtude obra pública, uma cerca que faz a divisa da obra com o condomínio situa-se em patamar mais alto, o que favorece o ingresso de criminosos para a prática de furtos. Pediu providências para os problemas relatados. A mobilizadora ambiental do Núcleo Brejinho, Dalva Lara Correa, declarou-se orgulhosa de ser moradora antiga da região e do carinho que tem pelo Córrego São Francisco. Ponderou que esse curso d'água, por mais degradado que esteja, não sucumbiu ao concreto como outros da cidade. Observou que o sonho da criação do Parque do Brejinho é compartilhado pela comunidade desde a década de 90. Considerou extremamente excessivo o tempo que o poder público leva para atender a essa demanda. Salientou a importância da preservação ambiental da região como forma de promover qualidade de vida da comunidade e do meio ambiente. Cobrou do poder público que esse se responsabilize pela área destinada ao Parque do Brejinho e assuma sua recuperação e preservação. Requereu o direcionamento de recursos oriundos de medidas compensatórias para a implementação do Parque do Brejinho. Solicitou que se estipule prazo de conclusão das obras do Parque do Brejinho e da Bacia da Rua Estoril. Solicitou a inclusão de lote da Rua Estoril em projeto. Pediu apoio dos meios de comunicação às demandas da comunidade. O vereador Leonardo Mattos registrou a presença de professores e alunos da Escola Municipal Aureliano Pires. Foi exibido vídeo com registros de momentos de luta da comunidade pela preservação da área do Parque do Brejinho e depoimentos de pessoas envolvidas nessa luta. O vereador Leonardo Mattos convidou a compor a mesa a fiscal de controle ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA, Mérian Marangon, integrante do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia Hidrográfica da Pampulha - Propam. O vereador Leonardo Mattos convidou a compor a mesa o chefe de gabinete da Sarmu Pampulha, Roberto Márcio Abrantes. O representante do Projeto Manuelzão, Marcus Vinicius Polignano, salientou a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

necessidade urgente de repensar o modelo de cidade adotado em Belo Horizonte. Observou que o atual modelo promove a substituição excessiva de áreas verdes por concreto e asfalto e não disponibiliza espaços de convivência social. Avaliou que a falta de espaços urbanos qualificados vai contra o desenvolvimento do senso de comunidade e contra a identificação das pessoas com os locais que elas frequentam, contribuindo para fenômenos sociais como a depredação de espaços e a violência. Afirmou que, ao longo dos últimos 50 anos, Belo Horizonte perdeu inúmeras áreas verdes e espaços de convivência social, como praças, parques e matas. Pediu esclarecimentos sobre informação de que se pretendia lotear a Mata da Baleia. A presidente informou que estão acompanhando a tramitação do processo relativo à Mata da Baleia na SMMA, o qual afirmou não ter relação com a proposta de loteamento da Mata da Baleia. Marcus Vinicius Polignano salientou a necessidade de discutir a Mata da Baleia. Afirmou ter tido acesso a informações preocupantes acerca dessa área verde. Observou que, no Município, há várias matas sob risco de supressão. Salientou a necessidade de instituir política pública de preservação de áreas verdes, com modificações na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo. Afirmou que o modelo de crescimento urbano adotado por Belo Horizonte, ocasiona impermeabilização do solo e aquecimento do meio ambiente, gerando problemas com os quais o poder público não tem condições de arcar. Observou que se construiu bacia de retenção a preços absurdos, para conter alagamentos causados pelo intenso processo de impermeabilização do solo urbano. Disse que a atual política pública de desenvolvimento urbano segue em sentido contrário aos anseios da população e aos critérios que os especialistas em Urbanismo e Hidrologia defendem. Exigiu que o poder público cumpra o compromisso de implementação do Parque do Brejinho. Pediu respeito para com o histórico de luta da comunidade pela preservação dessa área. Defendeu o estabelecimento de modelo democrático de gestão e participação popular, no qual as decisões democraticamente



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

acordadas sejam respeitadas pelo Estado. Ponderou que a preservação de cada nascente faz diferença, por constituir-se em ato de resistência ao atual modelo de urbanização imposto. Argumentou que a preservação dos córregos que desaguam na Lagoa da Pampulha é fundamental para o sucesso de iniciativas para a revitalização desse espelho d'água. Denunciou o estado inacabado das obras da bacia de detenção e do Parque do Brejinho, gerando, segundo observou riscos à saúde, à segurança pública e à estrutura de prédios. Apontou o despejo de esgoto em córrego, o que considerou inadmissível no que se refere à saúde pública. Observou que o Poder Público investiu elevados recursos que, pela situação inacabada das obras, expõe a população a riscos inexistentes antes dessas intervenções. Disse que não foi cumprida determinação do MP de realizar o cercamento de nascentes. Perguntou quais providências seriam tomadas para interceptar esgotos despejados em curso d'água. A promotora de justiça de defesa de meio ambiente, Cláudia Ferreira de Souza, afirmou que o MP comunga dos questionamentos apresentados por Marcus Vinicius Polignano. Salientou a necessidade de reformular o modelo de urbanização e cumprir as disposições do Estatuto das Cidades relativas à gestão popular democrática dos recursos para urbanização. Destacou a importância de que a gestão municipal assegure a participação popular nas decisões que envolvam embates entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Observou que esses são dois direitos constitucionais que precisam ser harmonizados mediante efetiva participação popular. Informou que aguarda resultado de perícia do corpo técnico do MP para elucidar questionamentos relativos à obra da bacia de detenção. Solicitou esclarecimentos a respeito do compromisso de cercar nascentes e a área reservada ao Parque do Brejinho. Solicitou esclarecimentos sobre as ocupações indevidas dessa área. Disse que, tão logo seja concluído o laudo da Central de Apoio Técnico do MP, se posicionará a respeito da necessidade de outras providências judiciais ou extrajudiciais. Colocou-se a disposição para



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ouvir e colaborar. O chefe de gabinete da Sarmu Pampulha, Roberto Márcio Abrantes, disse que a Sarmu Pampulha e a Guarda Municipal têm atuado em parceria, realizando visitas periódicas aos locais das referidas obras, para evitar que sejam invadidos. Disse que, a respeito de rachaduras verificadas em estacionamento do condomínio residencial do Serjusmig, a demanda foi encaminhada à Sudecap. Disse que, segundo avaliação de engenheiro da Sudecap as referidas rachaduras não têm relação com a obra da bacia de detenção. Relatou que um engenheiro teria dialogado com representantes da empreiteira incumbida dessa obra para construir talude mais próximo à área do estacionamento, mas tal tratamento caducou, tendo em vista que a empreiteira deixou a obra. Observou que a Sarmu Pampulha tem atuado, nos limites de suas incumbências, para minimizar problemas vivenciados pela população. O vereador Leonardo Mattos perguntou a Roberto Márcio qual seria o papel da Sarmu Pampulha no que se refere aos esforços necessários para a entrega do Parque do Brejinho à população. Roberto Márcio Abrantes informou que a obra do Parque do Brejinho está paralisada. Afirmou que representantes da Sudecap poderiam fornecer informações mais precisas a respeito dessa obra. Questionado pelo vereador Leonardo Mattos, Roberto Márcio Abrantes afirmou que a responsabilidade da Sarmu Pampulha pelo Parque do Brejinho se iniciará após a conclusão e entrega da obra. Disse que a Sarmu Pampulha, juntamente com a Guarda Municipal, tem dado apoio à segurança da área em debate e tentado mediar e encaminhar reivindicações apresentadas pela população da região. A fiscal de controle ambiental da SMMA, Mérian Marangon, disse que representava parte da SMMA incumbida do controle e da educação ambientais. Disse que não representava a parte da SMMA responsável por processos de licenciamento. Destacou a importância de trabalho de educação ambiental desenvolvido em escolas no âmbito do Propam. Considerou que o poder público deveria ser, mediante sua atuação, exemplo de defesa do meio ambiente. Considerou





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

preocupante que ações do poder público contrariem princípios de preservação ambiental. Criticou a busca por soluções de urbanização que não considerem aspectos como a identidades e história da cidade, bem como o sentimento comunitário de pertencimento. O vereador Leonardo Mattos questionou qual o papel da SMMA na solução dos problemas apresentados nesta audiência. Mérian Marangon observou que representava o Propam, projeto que, segundo afirmou, não abarca o Parque do Brejinho. Disse que não estava presente nesta audiência um representante da SMMA habilitado para tratar de licenciamento ambiental; e que esse, conforme observou, se estivesse presente, poderia prestar os esclarecimentos desejados pelo vereador Leonardo Mattos. O vereador Leonardo Mattos solicitou que se registrasse em ata que a SMMA não encaminhou a esta audiência representante preparado para tratar do objeto desta audiência pública. Solicitou que a comissão procure saber o papel da SMMA nesta discussão e obtenha esclarecimentos sobre a razão de não ter sido enviado a esta reunião representante apto a dar respostas sobre o tema em discussão. O assessor de gabinete da FPM, Luis Otávio Fonseca, disse que a FPM implementou nova filosofia, que tem como cerne a participação comunitária na gestão dos parques públicos. Disse que a FPM aguarda a conclusão das obras do Parque do Brejinho para assumir a responsabilidade por esse equipamento público e realizar ações que promovam sua integração com a comunidade que habita seu entorno e o frequenta. Representante da Fundação de Parques Municipais - FPM, Hebert Pessoa, explicou que o Parque do Brejinho será passado à administração da FPM após a conclusão de sua obra. Disse que a FPM tem realizado, com apoio logístico da Sarmu Pampulha, a limpeza e a capina da área reservada ao Parque do Brejinho, a cada três ou quatro meses, nos últimos três anos e seis meses. Observou que foram realizadas 95% das obras do Parque do Brejinho, mas a parte que caberia às nascentes - que considerou a mais relevante sob o aspecto ambiental, não foi executada. Considerou importante informar a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

população a previsão de término das obras. O engenheiro do Departamento de Obras de Grande Porte da Sudecap, Marcelo Crisóstomo de Aguiar, informou que a obra da bacia de detenção foi orçada em cerca de R\$ 11 milhões; e que já foram executados cerca de 50% dessa obra. Salientou a importância da implantação do Parque do Brejinho. Ponderou que a mencionada obra objetiva evitar inundações. Observou que, mesmo sem a conclusão da obra da bacia, foi evitada a inundação de moradias. Avaliou que a obra da bacia de detenção cumprirá seu papel, evitando a inundação de áreas habitadas e do Aeroporto da Pampulha. Observou que a área dessa obra foi cercada, mas há pontos de acesso de veículos e de pessoas utilizados para o despejo irregular de material, especialmente durante a madrugada. Disse que empresa fiscaliza e recolhe materiais e que há ações de fiscalização para coibir essas práticas de despejo irregular e autuar seus agentes. Afirmou que a obra da bacia de detenção foi cercada assim que foi estabelecida essa obrigação, em acordo com o MP. Disse que, tão logo a PBH conclua essa obra e firme contrato para cercar a área do Parque do Brejinho, essa obrigação também será cumprida. Prestou esclarecimentos relativos à implantação de interceptador de esgoto. Afirmou que um interceptador foi parcialmente implantado e que resta a conclusão de dois pontos de ligação. Colocou a Sudecap à disposição para realizar a alteração que esteja ao seu alcance, para melhorar a segurança no entorno da obra da bacia de detenção. Disse que foi constatada falta de relação entre a obra da bacia e o problema relativo à estrutura do estacionamento do condomínio residencial do Serjusmig. Disse que todas as supressões arbóreas realizadas pela PBH obedecem a requisitos legais e são submetidas à aprovação da SMMA, com o cadastro de todas as árvores e a estipulação de condicionantes, incluindo-se a reposição ambiental. Disse que a construtora abandonou a obra da bacia de detenção por falta de pagamento, em razão da ausência de repasse federal. Observou que cerca de 50% da obra foi executada, mas a construtora não recebeu sequer metade do valor



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que lhe é devido. Comprometeu-se a averiguar a possibilidade de retirar tubos de concreto que estariam sendo utilizados como moradia. Disse que é objetivo da Sudecap retomar a obra o mais rapidamente possível, o que, conforme observou, depende da liberação de repasse federal. O gerente do Departamento de Desapropriação da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap, Thiago Penido Martins, disse que a empreiteira incumbida da obra da bacia de detenção foi convencida de que a paralisação da obra antes do atual estágio poderia implicar prejuízo público, razão pela qual ela permaneceu operando por 10 meses, sem receber. Informou que equipe jurídica está trabalhando junto ao Ministério das Cidades para liberar os recursos que permitam a continuação da obra da bacia de detenção. Disse que a obra do Parque do Brejinho está prevista para iniciar-se em 2017 e ser concluída em 2018, havendo dotação orçamentária para sua para sua realização, prevista no Plano de Obras Municipal. Observou que o processo de desapropriação de imóveis para a construção do parque iniciou-se em 2007. Disse que se aguardava expedição de mandado de reintegração de posse para local em que existe oficina ocupada por um cidadão. Esclareceu que a construção de guarita objetivou evitar o processo de invasão da área reservada à construção do Parque do Brejinho. Afirmou que a obra da bacia de detenção foi completamente cercada. Afirmou que a área reservada ao parque começará a ser cercada em outubro, quando haverá a liberação de recursos decorrentes de convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Disse que as obras para cercar essa área estão em fase de licitação. O vereador Leonardo Mattos apresentou questionamento a respeito da reserva de R\$ 946 mil para a incorporação de outros lotes ao parque. Thiago Penido Martins informou que, neste ano, será decretada a utilidade pública de lotes a serem incorporados ao Parque do Brejinho. Disse que, em 2017, será feito o pagamento pela desapropriação desses lotes restantes. A engenheira civil da Sudecap, Elba Karina Naves, salientou que é supervisora do projeto do



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Parque do Brejinho desde seu início e que sempre buscou envolver a SMMA e a FPM na realização do projeto. Observou que a implantação do Parque do Brejinho é condicionante ambiental da obra da bacia de detenção. Destacou que, dos itens pleiteados pela comunidade, apenas não foram atendidos a pista de esquite, o campo de futebol e o espelho d'água. Observou que os dois primeiros itens não puderam ser contemplados porque seriam ultrapassados limites relativos à impermeabilização do solo. Segundo ela, o espelho d'água não foi previsto por restrições relativas à saúde pública e à Lei de Parcelamento Ocupação e Uso do Solo. Avaliou que o pleito da comunidade foi atendido a contento no projeto do Parque do Brejinho. Passou a prestar esclarecimentos relativos à execução de itens do projeto do Parque do Brejinho. Disse que foi contemplada a reforma de guarita depredada, e foi suspensa a construção da pista de caminhada e da passarela. Afirmou que o projeto buscou realizar a mínima intervenção ambiental possível, garantindo o acesso de pessoas e da fauna. Disse que serão mantidos dois pontos de acesso ao parque durante as 24 horas do dia. Informou que foi prevista, no mencionado projeto, iluminação da área de brinquedos e da área para academia a céu aberto. Informou que não há recursos previstos para a aquisição dos brinquedos e dos equipamentos da academia a céu aberto, que podem ser adquiridos posteriormente, com outras fontes de recursos públicos. Colocou-se à disposição para eventuais esclarecimentos. Às 15h30min, a presidente prorrogou a reunião por uma hora. A engenheira civil da Sudecap, Maria Altiya Prado, informou que se encontra em licitação processo para cercar a área destinada ao parque. Disse que os recursos para essa obra serão realizados com recursos da ECT. Disse que parte do parque será cercada com muro, e outra parte, com cerca belgo. O superintendente de meio ambiente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa, Nelson Cunha Guimarães, reiterou que a obra da bacia de detenção é de responsabilidade da Sudecap, inclusive o remanejamento das redes de esgoto e dos



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

interceptores. Esclareceu que a Copasa encaminhou à Sudecap projeto para a solução de pendência relativa à travessia de córrego da Rua Flor de Júpiter. Disse que há outra pendência relativa à interferência com barramento; e que, para a resolução dessa pendência, a Copasa depende de que a Sudecap apresente detalhamentos sobre o projeto da bacia de detenção. Observou que Belo Horizonte tem nível de esgoto coletado e tratado muito acima da média nacional; e que a Copasa é comprometida com a melhoria constante desses níveis. Salientou que, para tanto, muitas vezes se requerem parcerias em obras de urbanização e de fundo de vale. Disse que há rotina de reuniões com a PBH, visando a organizar esses esforços. Destacou programa da Copasa de combate a esgotos não conectados à rede pública. Observou que há casos em que particulares não aderem à rede pública de coleta de esgoto. Colocou-se à disposição para esclarecimentos. O vereador Leonardo Mattos franqueou a palavra aos presentes. Cidadão não identificado considerou que a comunidade abriu mão de parte da área reservada ao Parque do Brejinho para a construção da bacia de detenção, mas não recebeu contrapartida. Indagou qual o valor orçado para cercar a área reservada ao parque. Avaliou que a cerca deve ser feita de material que dificulte sua destruição. Solicitou que a Sudecap envie representantes à Sarmu Pampulha, para apresentar à comunidade o Projeto do Parque do Brejinho. Perguntou qual a previsão de entrega desse parque à comunidade. Thiago Penido Martins informou que a obra para cercar o Parque do Brejinho foi orçada em R\$ 317 mil. Esclareceu que a maior parte da área do parque será cercada por um muro com 2,5 metros de altura, e parcela menor será fechada por cerca. Disse que a obra do Parque do Brejinho está prevista para iniciar-se em 2017 e para ser concluída em 2018. Disponibilizou a Sudecap para prestar esclarecimentos à comunidade na Sarmu Pampulha. Reafirmou o compromisso da PBH com o trabalho pela liberação de repasses federais junto ao Ministério da Cidade. Dalva Lara Correa afirmou que nem a área reservada ao parque nem a obra da bacia de contenção



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estão cercadas. Disse que as nascentes foram parcialmente cercadas. Afirmou que é frequente a entrada de caminhões que despejam entulho e lixo na região. A promotora de justiça Cláudia Ferreira de Souza observou que, conforme os termos de licenciamento ambiental, a Sudecap é responsável pela preservação da área sob sua guarda. Declarou que aguardaria a realização de vistoria da Central de Apoio Técnico do MP para posicionar-se sobre inquérito que tramita no MP. Diogo de Carvalho de Oliveira disse que os dois empecilhos à interceptação do esgoto na área são de responsabilidade da Sudecap. Perguntou sobre a situação do esgoto “a montante”. O gerente da Copasa responsável pelo Distrito Norte de Belo Horizonte informou que, “a montante”, a operação do esgoto funciona normalmente. Lindaura Rosa dos Santos reivindicou a instalação de placa sobre os dados de obra para a informação da população. Pleiteou medidas para impedir o despejo de lixo e entulho na região. Mérian Marangon observou que a Sudecap é responsável pela preservação da área destinada ao Parque do Brejinho. Observou que é da Sarmu Pampulha a incumbência de fiscalizar questões relativas a invasão de áreas, a despejo irregular de materiais e a lançamento de esgoto. Salientou a necessidade de que os órgãos públicos atuem em parceria para a consecução de seus objetivos. Roberto Márcio Abrantes disse que a fiscalização da Sarmu Pampulha fiscaliza a região cotidianamente e teve oportunidade de sustar a ação de cidadão que montava tenda em local invadido. Disse que os técnicos da Sudecap e da Copasa atuam em conjunto para solucionar questões relativas a esgotamento sanitário. Colocou-se a disposição para participar de reunião com a comunidade e para unir esforços em prol da melhoria das condições ambientais de Belo Horizonte. O vereador Leonardo Mattos informou que a vereadora Elaine Matozinhos apresentará requerimento de comissão para que a comissão visite a área objeto desta audiência. Roberto Márcio Abrantes sugeriu que sejam feitas no mesmo dia a visita técnica da comissão e a exposição do projeto do parque à



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

comunidade. Marcus Vinicius Polignano solicitou que a comissão encaminhe documento ao prefeito, manifestando apoio à realização das obras do Parque do Brejinho e da bacia de detenção, solicitando providências e enfatizando a preocupação da comissão com o estadual atual das obras e seu impacto na proliferação do *Aedes aegypti*, na questão sanitária e na segurança pública. Observou que a situação atual das obras tornou a região vulnerável sob vários aspectos, criando problemas que não existiam antes das intervenções nas obras. Propôs a formação de comissão composta por representantes da comunidade, da Sarmu Pampulha e da Sudecap, para manter canal permanente de diálogo. Considerou importante esclarecer que o projeto inicial para a região previa apenas a criação do Parque do Brejinho e, posteriormente, a bacia de detenção foi incluída, e não o contrário. Salientou a necessidade de realização de reuniões periódicas, visando a unir esforços para a superação de problemas. Disponibilizou-se a distribuir material sobre a história do Parque do Brejinho. Nada mais havendo a ser tratado, a presidente declarou encerrados os trabalhos às 16h05min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pela presidente desta reunião.

ATA APROVADA  
(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)  
distribuída em avulso, no dia 27/07/16, não  
foi apresentada impugnação no prazo regimental.  
Osmar Guerra 27/07/16  
Presidente